


Responsabilidade Social e Desenvolvimento Socioeconômico

Social Responsibility and Socioeconomic Development

Émerson Dias de Oliveira¹ 

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), acadêmico do curso de Administração Pública, Setor de Ciências Sociais e Aplicada da UNICENTRO. e-mail: cooperativismopopular@hotmail.com

RESUMO

Considerando o amplo cenário de discussões científicas que a responsabilidade social apresenta atualmente, o presente estudo se esforça em esclarecer algumas exposições desta temática no interior das ciências administrativas, inserindo sua importância no cotidiano das instituições empresariais e seus respectivos *stakeholders*. Foi realizado um breve debate da importância que o assunto apresenta nas interações sociais de forma a posicionar sua realização instruída no contrato social entre a empresa e sua vinculação com seu respectivo envoltório territorial de abrangência, uma análise que tem recebido cada vez mais um sentido estratégico em seus planos e políticas operacionais. Para tanto, utilizou-se de um embasamento teórico obtido por meio de uma ampla revisão da bibliografia existente acerca do tema, pontuando posicionamentos de forma a evidenciar a falta de coesão e coerência conceitual sob o assunto. Está colocada também uma discussão acerca da percepção de desenvolvimento socioeconômico, pois seu entendimento nunca se coloca com o mesmo sentido para distintos agentes sociais, fazendo-se assim essencial a sua teorização para que possa efetivamente incluir nessa questão as considerações e aplicabilidades da responsabilidade social nos ambientes empresariais.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Empresa. Contrato Social. Desenvolvimento.

ABSTRACT

Considering the wide scope of scientific discussions that social responsibility presents today, the present study strives to clarify some expositions of this subject within the administrative sciences, inserting its importance in the daily life of business institutions and their respective stakeholders. A brief debate was held about the importance of the subject in social interactions in order to position their educated achievement in the social contract between the company and its interaction with its respective territorial coverage, an analysis that has increasingly received a strategic sense in plans and policies. For that, a theoretical basis was obtained by means of a broad review of the existing bibliography on the subject, punctuating positions in order to show the lack of cohesion and conceptual understanding under the subject. There is also a discussion about the perception of socioeconomic development, since its understanding never poses the same meaning to different social agents, thus making its theorization essential so that it can effectively include in this question the considerations and applicability of social responsibility in business environments.

Keywords: Social responsibility. Company. Social contract. Development.

1 INTRODUÇÃO

Os caminhos e cenários sociais evidentes nos tempos atuais apontam para contornos e contrastes assustadores da sua organização, sendo que a persistência e existência da abismal assimetria entre as potencialidades do planeta e a pobreza vivida por milhões de pessoas suscita muitas reflexões de um desenvolvimento que possa ser realmente sustentável, uma desafiadora questão a ser tratada neste século XXI. Assim, cabe a humanidade decidir qual futuro pretende para suas gerações seguintes (se é que querem futuro), uma realização que já deveria estar perfeitamente elaborada e em curso.

O posicionamento acerca da responsabilidade social é uma necessidade que deve ser assumida por toda a sociedade, uma preocupação que não se encerra no instante em que adentram vossas residências, pois a sua eficácia/eficiência funcional só é possível se for executada na forma de um mutualismo social, uma interação de todos os agentes sociais do/no lugar, permeando os sujeitos interna-externamente as instituições. A impossibilidade de encerrar essa discussão deve-se a característica totalitária e sistêmica do planeta, que não releva ou anula qualquer irresponsabilidade social, pois a resposta dessa insensatez humana é executada logo em seguida, ainda que distante têmporo-espacialmente dos seus autores, considerando que as dimensões escalares do mundo são infinitamente superiores a extensão escalar de uma vida humana.

Os principais elementos que tornam falsa a efetivação da responsabilidade social decorre da incidência de estratégias superficiais e imediatistas, estas noções são quase sempre já instruídas quando da instalação de determinadas plantas industriais, sendo que nunca se menciona os rejeitos sociais da sua atividade, esforçando-se somente em referenciar os seus respectivos proveitos. Assim, por tratar-se de uma problemática com abrangência em toda a sociedade, a responsabilidade social carece de um raciocínio envolvendo principalmente as escalas locais, pois é principalmente nestes lugares que o passivo social é lançado.

Desta forma, a reflexão aqui colocada está também instruída da ideia de Desenvolvimento Endógeno, considerando a importância fundamental que as variáveis localizadas apresentam neste processo. A análise volta-se para a noção dos rejeitos e proveitos produzidos pelas instituições em geral, uma máxima que tem seu comportamento historicamente elaborado na noção da exportação dos capitais, restando localmente uma exploração predatória e extenuante até o instante em que for vantajoso financeiramente.

Este estudo caracteriza-se pelo caráter bibliográfico, o qual está fundamentado teórico-conceitualmente a partir de materiais já elaborados. Para Severino (2007) a pesquisa bibliográfica tem como principal benefício seu alcance, pois as análises abrangem uma gama maior e mais variada de material do que se fizesse um estudo presencial em menor espaço de tempo. Sua realização acontece a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Neste sentido, através deste embasamento literário envolvendo o assunto é possibilitado ampliar seu debate e fundamentar de forma mais crítica estudos e verificações de casos empíricos. Assim, é oportuno trazer a tona essas discussões e esclarecer o papel representado por cada setor da sociedade nesta desafiadora necessidade de pensar o mundo através dos seus lugares, ou seja, uma construção de “baixo para cima” emparelhado com a noção de uma cidadania¹ superavitária. É importante deixar claro que o desenvolvimento local só será considerado realmente do “lugar”, se for compreendido sob a lógica da participação e mobilização popular, uma proposta realizada com as ponderações das classes subalternas. As significações gestadas e operadas no interior das plantas industriais serão hostis socioeconômico e ambientalmente tão quanto à despolitização dos territórios em que estão instaladas, cabendo assim afirmar que a responsabilidade social não é uma busca exigida apenas das empresas, mas também a toda a coletividade, com destaque para as diretamente vinculadas nestes cenários.

Desta feita, busca descaracterizar a falsa sensação de progresso hegemonicamente apregoado atualmente, uma vez que quando as decisões e encaminhamentos locais estão destituídos do seu controle é impossível discorrer da noção de desenvolvimento local. Logo, toda essa estruturação é integralmente exógena e alheia, conduzindo à insustentabilidade local, uma

¹ “[...] o pleno exercício da cidadania requer a existência de uma base material de manutenção e reprodução da vida no planeta, por isso a relação entre cidadania e ambiente é direta. Os direitos e deveres que pressupõem a existência do cidadão estão pautados nas formas de organização da relação entre sociedade e natureza. O acesso às condições de vida digna em nossa sociedade implica em direito à moradia, à alimentação, ao saneamento, entre tantas outros que remetem a uma base material da existência da vida e, é óbvio, de sua contrapartida nesse processo, como forma de manutenção da estrutura física de organização social. É nesse contexto, que emerge o “direito ao meio ambiente equilibrado” como sendo um direito fundamental à qualidade de vida em nosso tempo” (AGUIAR; HIRATA, 2013, p. 37).

realidade oportunamente viável para se intensificar os processos da exploração capitalista. Entretanto, esse processo não é irreversível, seu equilíbrio social carece de um esforço proveniente das organizações humanas coletivas.

2 (DES) ENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

É impossível discutir a noção de desenvolvimento de forma fracionada, setorizada ou dividida, excetuando sua exposição didática escolarizada, pois as realizações sociais se dão sistemicamente e, portanto, exige uma vinculação complexa e ampliada das noções desenvolvimentistas. O debate desse termo há bastante tempo, desde a obra seminal de Adam Smith, foi constantemente reelaborado, primeiramente no liberalismo econômico foi compreendido com a noção de PIB per capita, um parâmetro elaborado na relação da produtividade social com o montante populacional de uma determinada nação.

A origem etimológica da palavra “desenvolver” vem do latim, significando: aumentar, fazer crescer, estender, desdobrar, aumentar (...) (DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS-LATIM, 2000, p. 215), logo, dentro do modelo capitalista, essa noção impõe, inevitavelmente, como um processo de aceleração do crescimento econômico, da produção e do consumo. A literalidade dessa percepção é afirmada em Pereira e Penido (2010, p. 253), quando posicionam que “O discurso do desenvolvimento circunscrito à esfera econômica, visível somente a partir de estatísticas, distancia-se da vida e da realidade das pessoas.”

Na atualidade os seus usos e entendimentos estão integrados na hegemonia neoliberal², convencionado em slogans multiparadigmáticos de progresso e da acumulação financeira irrestrita. Esta abordagem neoclássica da economia propõe o desenvolvimento como uma força motriz apta a dirigir uma sociedade subdesenvolvida à uma sociedade desenvolvida. Porém, na prática o que tem ocorrido com intensidade avassaladora é o distanciamento entre nações ricas e nações pobres, visto que “crescer é preciso, distribuir nem tanto”.

² “Trata-se de um automatismo dos fenômenos econômicos que, apesar de incluir a subjetividade dos atores, termina oferecendo sempre os mesmos resultados. Trata-se também de afirmar a inutilidade da intervenção de políticas estatais (exceto violentas intervenções como os choques econômicos para restabelecer o livre mercado), a impossibilidade do planejamento e a necessidade de garantir o livre-mercado como condição fundamental de liberdade individual. Trata-se, sobretudo, de negar a chamada Terceira Via entre capitalismo e socialismo que alimentou a guerra fria durante quarenta anos” (SANTOS, 1999, p. 130).

Esse novo “desenvolvimento” emerge carregado de sentidos totalmente favoráveis as instituições empresariais e precárias para o operário, resultando em graves consequências para o mercado de trabalho, uma realização caracterizada pela desregulamentação dos acordos trabalhistas, intensificação do desemprego, promovida em contratos informais de trabalho e com relações incertas: trabalho intermitente, jornada fracionada, terceirização, subcontratação, entre outros. Assim se faz necessário um resgate do verdadeiro sentido da palavra economia (*Oikonomia*, do grego —administrar a casa) nas ciências sociais, em que há um alinhamento equilibrado na distribuição e uso das riquezas, contrariando o modelo neoliberal em vigência.

Segundo Alves (2005), o desenvolvimento neoliberal³ é na realidade uma “reestruturação produtiva do capital”, expressando uma nova racionalidade do espaço-tempo e da produção do capital. Acontece em uma configuração flexível, fluída, difusa e mundializada⁴, a qual traz em seu bojo um forte processo de reorganização e reconversão de setores industriais. Assim,

[...] é a flexibilidade da força de trabalho expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar, o trabalho assalariado à lógica da valorização, através da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias, inclusive, e principalmente, da força de trabalho. É por isso que a “acumulação flexível” se apóia, principalmente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, que irá caracterizar o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000, p. 25).

O caráter polissêmico do termo desenvolvimento tem permitido que o Estado, em conluio com o capital financeiro e embasados em perversas empreitadas midiáticas imponham ideologicamente a “falácia do desenvolvimento”, um engodo que transcende como salvação das mazelas e arbítrios cauterizados no meio social, o qual é sempre apresentado como solucionador dos problemas da coletividade e para a melhoria das condições de vida, de forma monológica. Assim, costumeiramente é lançada no mercado a possibilidade de aquisição (por intermédio das compras) de soluções técnicas como as únicas imagináveis para solucionar as dificuldades que almeja resolver.

³ O neoliberalismo preconiza um Estado soberano frente à capacidade de articulação política dos sindicatos, mas frágil, ou mesmo limitado nas intervenções econômicas junto ao Estado.

⁴ “A mundialização do capital, por um lado, gerou o “subdesenvolvimento” dos países ditos “em desenvolvimento” e “subdesenvolvidos”, resultante da divisão internacional do trabalho, do intercâmbio desigual de mercadorias e da degradação ambiental, e, por outro, forneceu bases materiais para a acumulação de capital dos países “desenvolvidos” (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012, p. 43).

O sentido partilhado por essa ideia de desenvolvimento é colocado em Porto-Gonçalves (2006) com o significado de dominação da natureza, acompanhando costumes vigentes ainda no período colonial, considerando que ainda existe uma dependência de matérias-primas dos países tidos como industrializados, justificando os métodos insustentáveis e sem controle de exploração da riqueza natural. Assim, em atendimento a máxima do capital, a técnica busca ampliar a produtividade através de um objeto “perfeito”, ou seja, uma finalidade prévia, sendo que todo este esforço acaba atrelado ao poder financeiro. Neste sentido, o autor aponta que o vocábulo “des-envolver” significa;

[...] tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. Não deixa de ser uma atualização do princípio romano *divide et impera* mais profunda ainda, na medida em que, ao des-envolver, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 81).

Esta noção eminentemente econômica é a que predomina nas construções sociais do mundo contemporâneo. Assim, a questão a ser levantada neste ensaio concentra-se em qual, de onde e para quem a noção de desenvolvimento deve ser instruída, um cuidadoso referencial que carece de ser identificável quando das suas inferências empíricas, sendo que esse esforço só consegue sua efetividade em virtude de uma complexa e ampla análise de todos os *stakeholders* (partícipes) organizacionais.

Refletindo acerca de outra possibilidade de desenvolvimento que considere os lugares como uma condicionante primordial, Escobar (2005) questiona em seus estudos uma estrutura prospectada em um sentido pós-desenvolvimentista (desconstrução do desenvolvimento), a qual representa na prática, tornar póstumo o desenvolvimento, abdicando da noção endeusada pelas ciências e pelo discurso político-ideológico sob a questão. O ideal colocado pelo autor não é a negação a racionalidade econômica, mas sim, indicar as realizações socioeconômicas elaboradas na periferia do mundo (com destaque para América Latina), que não são “modernas”, a exemplo do modo de vida camponês, da defesa dos territórios indígenas e quilombolas, entre várias outras realizações pensadas das bases sociais, dentre outros.

Esse raciocínio instruído na Teoria do Pós-desenvolvimento⁵ aponta a insustentabilidade das estruturas gestadas pelo desenvolvimento capitalista e ao mesmo tempo esclarece seus equívocos. Neste esforço, ela ilustra as possibilidades de reelaborar um modelo organizacional sinérgico, para além das diretrizes performáticas de eficiência, eficácia e rivalidade, mas que acresce a vitalidade dos elementos subjetivos da gestão, alinhada em parâmetros éticos e morais convencionados e compreendidos socialmente. Colaborando com este debate, Amartya Sen (1986), destaca “[...] o homem puramente econômico é quase um retardado mental do ponto de vista social. A teoria econômica trabalhou muito esse tonto racional refestelado na comodidade de seu ordenamento único de preferências para todos os propósitos” (SEN, 1986, p. 202).

Corroborando desta ideia o professor Milton Santos (2008) discute “um mundo visto de cá”, uma proposta projetada para os lugares e deslocada do atual modelo de sociedade que se instala como repetição do pensamento eurocêntrico. Esse debate se justifica “por uma outra globalização⁶”, feita para os pobres, globalização da inclusão, com o objetivo da valorização do homem frente ao mundo do dinheiro. “É desse modo que, até mesmo a partir da noção do que é ser consumidor, podemos alcançar a ideia de homem integral e cidadão. Essa valorização radical do indivíduo contribuirá para a renovação quantitativa da espécie humana, servindo de alicerce a uma nova civilização” (SANTOS, 2008, p.169).

Neste sentido, fica visível a complexidade que um termo envolve no extrato social, considerando que nem sempre seus primeiros entendimentos representam realmente o sentido ao qual se propõem. Essa reflexão, como já destaca, é uma questão a ser cuidadosamente ajustada entre todos os agentes sociais, incluindo a sociedade civil organizada, os poderes públicos e privados, este último representado nas figuras das empresas, um arranjo estrutural que só terá

⁵ Os debates sobre o pós-desenvolvimento, o conhecimento local e os modelos culturais da natureza tiveram que enfrentar esta problemática do lugar. De fato, e este é o argumento principal deste trabalho, as teorias do pós-desenvolvimento e a ecologia política são espaços de esperança para reintroduzir uma dimensão baseada no lugar, nas discussões sobre a globalização, talvez até para articular uma defesa do lugar. Reconcebida desta forma, a ecologia e o pós-desenvolvimento facilitarão a incorporação das práticas econômicas, baseadas no lugar, ao processo de delimitação das ordens alternativas. Dito de outra maneira, uma reafirmação do lugar, o não-capitalismo, e a cultura local opostos ao domínio do espaço, o capital e a modernidade, os quais são centrais no discurso da globalização, deve resultar em teorias que tornem viáveis as possibilidades para reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas no lugar (ESCOBAR, 2005, p. 15).

⁶ “[...] pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apóia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Parece que as condições históricas do fim do século XX apontavam para esta última possibilidade. Tais novas condições tanto se dão no plano empírico quanto no plano teórico” (SANTOS, 2008, p.10).

uma plena sustentabilidade de seus empreendimentos se incluírem nestes projetos os valores culturais do lugar, caso contrário, por maior que seja o investimento desenvolvimentistas, estes estão condenados ao fracasso, senão no curto, com certeza em longo prazo. Partilhando desta mesma reflexão, Zhouri e Oliveira (2010) colocam que:

A defesa do lugar, do enraizamento e da memória destaca a procura por autodeterminação, a fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino. A direção desses movimentos é contrária à atopia, pois ela insiste em nomear os lugares, em definir-lhes seus usos legítimos, vinculando a sua existência à trajetória desses grupos. Não em uma luta pela fixidez dos lugares, mas sim pelo poder de definir a direção da sua mudança (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 445),

Logicamente que a noção aqui adotada não busca evidenciar o lugar como única ou o principal quesito a ser considerado no desenvolvimento socioeconômico, mas sim, é de vital importância difundir um equilíbrio existencial entre todos os atores envolvidos nessa empreitada. O enfoque a ser considerada das construções sociais locais, ganha importância pela sua diferenciação as concepções externalizadas pelo capital, pois “como o espaço é produzido pela sociedade, a região é o espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global, porém configurando-se de forma diferenciada” (CASTRO, 1992, p. 32).

Esta necessidade de reelaborar o desenvolvimento em uma compreensão ampla, incluindo todos os seus envolvidos passa a ser discutida após a década de 1980 no interior do Paradigma do Desenvolvimento Endógeno, uma contraposição aos modelos clássicos de crescimento instruídos nas dinâmicas de produtividade crescente. Seus valores defendidos consideram, em linhas gerais, que o desenvolvimento deve pautar na utilização, execução e valorização de recursos locais, sendo que tais estruturas devem incluir na sua condução uma efetiva participação das comunidades locais, voltado à criação de riqueza e melhoria do bem-estar.

O Desenvolvimento Endógeno como aproximação prático-teórica da Responsabilidade Empresarial deve-se ao fato de endogenizar uma série de variáveis anteriormente exógenas (tais como o capital humano, o meio-ambiente, etc.) de modo a integrar efetivamente os lugares e gerar um desenvolvimento de forma sustentada, o qual se dá através de “[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da

capacidade de absorção da região [...]” (AMARAL FILHO, 1996, p. 37). O autor destaca ainda, uma apreensão acerca do desenvolvimento endógeno, como segue;

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 2001; p. 262).

É através de processos estruturais bem elaborados das dinâmicas internas (regionais) que o desenvolvimento endógeno garante seu sucesso. O território ganha sentido e valor, sendo elaborado de “baixo para cima”, ou seja, feitos por potencialidades socioeconômicas originais do local, resultando “na ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região mais ou menos definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional” (AMARAL FILHO, 1996, p. 37). O desenvolvimento endógeno caracteriza-se por promover uma obrigação das iniciativas empresariais com o desenvolvimento local, permitindo e estimulando que se faça uso das virtudes da população local em controlar as modificações ajustadas em seu domínio. O enfoque acerca do local e do regional é o ponto de partida desse tema que se encerra em políticas de valorização dos recursos e capacidades da região. “Na verdade, o normal é uma combinação de fatores locais e externos” durante o processo (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002, p. 51).

Enfim, a essência primordial dessa questão está colocada na racionalidade embutida nos projetos desenvolvimentistas em geral, deixando certo de que a segredo dessa questão está atrelada a efetiva participação de todos os *stakeholders* empresariais como atores sociais, respeitando e considerando suas limitações conjunturais. Assim, tratar a responsabilidade social empresarial é incluir nos propósitos organizacionais todos os agentes que lhes estão periféricamente posicionados, pois não é o tamanho das unidades produtivas o elemento essencial na dinâmica territorial, mas sim, a forma de organização da produção que valorize os recursos locais e à capacidade de controle do processo de acumulação, exercida localmente.

3 CAMINHOS E (DES)CAMINHOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

O contrato social que envolve a relação empresa-sociedade exige um amplo entendimento acerca das limitações aceitáveis na atuação empresarial⁷, um cenário em que ambos precisam exercer sua centralidade existencial. As comunidades possuem o direito e garantia de alterar suas expectativas acerca dos empreendimentos como realização do cotidiano social. Na atualidade essa interação prático-ideológica das organizações com a sociedade civil organizada é genericamente conhecida como responsabilidade social, entretanto, essa discussão pode ganhar outros enfoques peculiares como responsabilidade social empresarial, corporativa, cooperativa, institucional, pública, entre outras apreensões que os diferentes autores podem direcionar ao tema.

O debate dessa questão não é um assunto recente, pois suas primeiras discussões no Brasil remontam a meados dos anos 1960 e 1970⁸. Outros países da Europa e América do Norte essa reflexão já ocorre há mais de 50 anos. A pulverização dessa cultura tem ganhado um destacado papel nos últimos tempos em virtude do acirramento competitivo das empresas, visto que a valorização social emerge como instância de importância singular junto aos *stakeholders*, dos governos, do mercado e das próprias organizações.

Apesar das inúmeras áreas de interesses que envolvem a discussão e estudo da responsabilidade social, ela está basicamente atrelada com as estruturas internas e periféricamente relacionada às ações empresariais, considerando as inquietações externas e demandas interiores, buscando se ajustar a este cenário, incorporando práticas e atitudes de responsabilidade social aos seus respectivos modelos de gestão.

Os estudos acerca da responsabilidade social aparecem na década de 1950 por intermédio dos estudos do professor norte-americano Howard Rothmann Bowen. Para Carrol (1999), Bowen é quem inicialmente sistematizou esse conceito em 1953 com sua obra “*Social responsibilities of*

⁷ A empresa é um “veículo social”, isto é, um veículo de desenvolvimento da coletividade. Assim, “[...] se a empresa é composta por pessoas, para que a empresa se desenvolva é necessário que as pessoas se desenvolvam” (ROSA, 1991, p. 94).

⁸ Um marco histórico, ainda que embrionário, é a publicação da “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, em 1965 e a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), em 1969. Embora sendo uma protoforma, a Carta se constituiu no primeiro documento de utilização do termo “responsabilidade social” no país. Conforme um trecho da Carta: “As crises e tensões do mundo contemporâneo devem-se a que as instituições econômico-sociais vigentes se afastaram dos princípios cristãos e das exigências de justiça social e que os antagonismos de classe, os aberrantes desníveis econômicos, o enorme atraso de certas áreas do país decorrem, em parte, de não ter o setor empresarial tomado consciência plena de suas responsabilidades sociais” (Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, 1965).

the businessman”, sendo assim, tido como o “pai” da responsabilidade social nas empresas, visto que inclui seu debate junto aos agentes de negócios (empresários; gerentes) acenando “as obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade” (BOWEN, 1957, p.14-15).

O entendimento do setor empresarial com suas funções para além das intenções lucrativas incluiu uma responsabilidade mais abrangente no seu cotidiano, ou seja, inclui também uma gestão social⁹ diante dos recursos econômicos e humanos da comunidade e a necessidade de ver esses recursos utilizados para fins sociais mais totalitários e não basicamente para os interesses privados dos indivíduos. A inclusão destas várias dimensões sociais foi instruída por Carrol (1999) com a elaboração de um modelo conceitual incluindo uma variedade de responsabilidades das empresas junto à sociedade, englobando quatro tipos básicos de expectativas que refletem a visão de responsabilidade social: econômica, legal, ética e discricionária (Tabela 01).

Tabela 1 - Categorias da Responsabilidade Social.

Responsabilidade Econômica	Responsabilidade Legal	Responsabilidade Ética	Responsabilidade Social
----------------------------	------------------------	------------------------	-------------------------

Fonte: (CARROL, 1979).

Para o autor esse modelo evidencia a importância de destinar os esforços das organizações para cada tipo de responsabilidade, pontuando a abrangência envolvida em cada um: a responsabilidade econômica é fundamental para a sobrevivência financeira das instituições, pois gera o lucro que irá possibilitar um o investimento em outros setores da organização; a responsabilidade legal está voltada para o fiel cumprimento aos parâmetros legislativos, de modo que seus produtos cumpram às regulamentações ambientais estabelecidas pelo governo; a responsabilidade ética envolve a importância de um comportamento ético em relação aos negócios e a responsabilidade discricionária é a adequação da empresa como o bem-estar-social

⁹ Essa realidade carece de incluir em suas práticas elementos da gestão social, pautando na “intersubjetividade - dialogicidade -, como a política, como o bem comum, contemplando o envolvimento da cidadania no espaço público e do trabalhador no espaço privado. Assim, gestão social é o processo intersubjetivo que preside a ação da cidadania tanto na esfera privada quanto na esfera pública (TENÓRIO, 1998, p. 22).

em relação aos seus respectivos cenários de atuação, com realizações sociais não necessariamente obrigatórias, mas que tem assumido um papel cada vez mais estratégico¹⁰.

Entretanto, é válido destacar que nem sempre a responsabilidade social no setor empresarial foi discutida sempre com uma aceitação positiva. Alguns autores como os economistas norte-americanos Milton Friedman¹¹, Neil Chamberlain, Henry Manne entre outros compartilham a noção de que a única responsabilidade que as empresas possuem é angariar lucros, otimizar o uso dos recursos organizacionais, e, em consequência, ampliar o retorno do capital dos acionistas, pois “a empresa que desvia recursos para ações sociais pode estar prejudicando sua competitividade [...] deve manter o foco nos negócios (FRIEDMAN, 1984, p. 320).

Outra confusão que o assunto também remete é o seu paralelismo com iniciativas filantrópicas, pois a responsabilidade social pode sim atuar neste sentido, entretanto, não é este o seu foco atuação. Neste sentido, conforme o Diretor-Presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew¹² o entendimento de “responsabilidade social está se ampliando, passando da filantropia, que é a relação socialmente compromissada da empresa com a comunidade, para abranger todas as relações da empresa: com seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, concorrentes, meio ambiente e organizações públicas e estatais” (GRAJEW, 2000, apud MELO NETO; FROES, 2001, p. 79). Considerando as peculiaridades deste debate na atualidade, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social conceitua o assunto da seguinte maneira;

Responsabilidade social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e consegue

¹⁰ “Os negócios estão sendo chamados para assumir responsabilidades amplas para a sociedade como nunca antes e para servir a ampla variação de valores humanos (qualidade de vida além de quantidade de produtos e serviços). Os negócios existem para servir a sociedade; seu futuro dependerá da qualidade da gestão em responder as mudanças de expectativas do público” (CARROL, 1999, p. 282).

¹¹ Milton Friedman (1912-2006), economista, estatístico e escritor norte-americano que lecionou na Universidade de Chicago por mais de três décadas. Recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1976, sendo conhecido por sua pesquisa sobre a análise do consumo, a teoria e história monetária, bem como por sua demonstração da complexidade da política de estabilização. Um dos mais importantes e influentes economistas do século XX, compartilhando da fundação da Escola Monetarista de Chicago. Foi um dos principais defensores do liberalismo econômico e um dos idealizadores do neoliberalismo.

¹² Oded Grajew, empresário israelense, naturalizado brasileiro, com importante atuação no terceiro setor. Defende a responsabilidade social da empresa e a maior interação entre as empresas e o movimento social

incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (ETHOS, 2000)

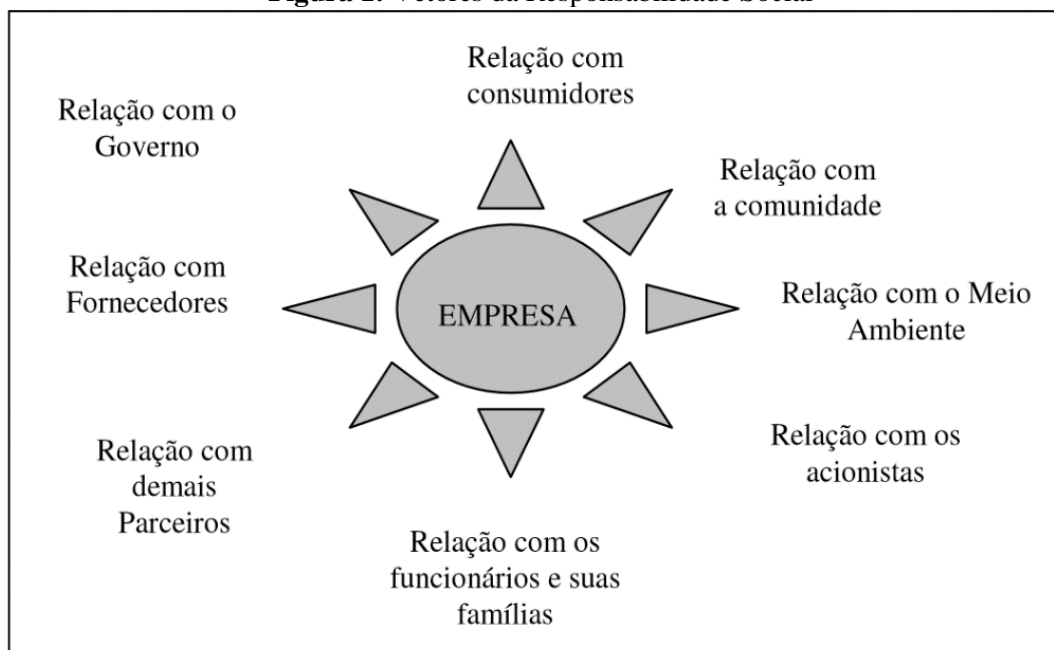
Discorrendo deste assunto a professora Patrícia Ashley (2003) destaca o caráter ampliado que ele envolve, pontuando a melhoria na qualidade de vida da coletividade como elemento essencial nesse processo. Esse cenário requer um encaminhamento estruturado em ideias práticas sustentáveis, emergindo assim, uma renovada expectativa acerca dos impactos das decisões e ações de todos os agentes sociais disposto no território em debate. Assim, “avaliar o desempenho de uma empresa quanto às suas responsabilidades corporativas requer um conceito de empresa que equilibre responsabilidades econômicas, sociais e ambientais, o que resulta em uma relação circular entre elas” (ASHLEY, 2003, p. 56).

Essa apreensão conceitual envolve uma reflexão dinâmica, complexa e variada em cada realidade que o mesmo se posiciona, estando relacionado a diferentes ideias, um compromisso da organização que vincula o bem-estar e a melhora da qualidade de vida de seus colaboradores, seus familiares e comunidade em geral. A responsabilidade social é de maneira geral, um;

Compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas as suas atividades, mas que possam contribuir para o Desenvolvimento Sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, Responsabilidade Social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. (ASHLEY, 2003, p. 6).

A responsabilidade social representa mudanças na concepção das empresas e de seu papel na sociedade, uma vez que se constitui em uma nova visão da realidade, inclusive econômica, fazendo com que cresça constantemente o número de organizações que buscam reconhecimento como socialmente. É a realização do exercício da cidadania empresarial, que pressupõe uma atuação eficiente da empresa em duas dimensões: a gestão da responsabilidade social interna e a gestão da responsabilidade social externa.

Segundo Ashley (2003), a responsabilidade social pode ser estruturada através de alguns vetores essenciais na sua composição (Figura 01), os quais direcionam o processo de gestão para o fortalecimento da dimensão social das organizações empresariais.

Figura 1: Vetores da Responsabilidade Social

Fonte: Ashley (2003).

Sintetizando os vetores da responsabilidade social destacado por Ashley (2003), é possível compreender que estes posicionam-se em dois campos principais acerca do tema. De um lado, existe um esforço para fortalecer e consolidar a competitividade empresarial, buscando tornar sua imagem, seu produto e sua marca conhecidos diante de seus *stakeholders*. Por outro lado, representa também uma forma de prática da cidadania e da ética partilhado pelas empresas, incluindo nesse envolvimento os seus colaboradores, enquanto agentes ativos do desenvolvimento das regiões em que operam.

Para tanto, é importante evidenciar a impossibilidade de exaurir a discussão dessa temática nesse ensaio, visto que a responsabilidade social está envolvida em um contexto histórico, político e econômico com uma complexidade extremamente ampliada, uma interação que carece de uma cuidadosa observação por parte dos seus agentes diretos e indiretos. Assim, somente por intermédio desse esforço que será possível efetivar uma nova “institucionalidade” (Telles, 1994) a esse contexto, ou seja, uma base social que sustente as demandas instruídas nesse processo, conseguindo então atender aos anseios sociais e financeiros dos ambientes empresariais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em posse das reflexões destacadas no presente estudo é possível trazer a tona um pouco dos desafios que a responsabilidade social apresenta atualmente, visto que sua teorização não apresenta uma percepção pronta e acabada e ainda perpassa por inúmeras áreas dos discursos científicos. O leque de agentes sociais que a responsabilidade social abrange acaba por potencializar o entendimento acerca das instituições empresariais, vinculando cenários e processos que eram anteriormente desconsiderados pelas empresas, ou seja, essas organizações só atingem suas estratégias de negócios se efetivamente realizarem um sistema de gestão da responsabilidade social no seu respectivo funcionamento cotidiano.

Neste sentido, o exercício da responsabilidade social nas empresas emerge então como um investimento estratégico, uma questão nem sempre é bem compreendida por todos os gestores institucionais, visto que o seu retorno está simbolicamente atrelado em seus *stakeholders*. Esse diferencial se materializa em setores deslocados das realizações lucrativas da empresa, uma construção da identidade institucional que é mais bem percebida por agentes externos, sendo que estes últimos acabam funcionando como divulgadores indiretos (marketing social) desses valores corporativos, ou seja, são peculiaridades impossíveis de serem acopladas em esboços quantitativos, mas que possuem um poder extremamente significativo com enfoque positivo associados à imagem das organizações empresariais.

A centralidade que os questionamentos da responsabilidade social empresarial ganharam na atualidade insere então em sentidos estratégicos desse meio, entretanto, essa responsabilização não está isolada apenas nestes agentes sociais, pois os consumidores também devem ater-se a essa questão. Desta feita, o sucesso das ações tomadas pelas empresas carece de ser recepcionada por um consumismo politizado da sociedade em geral, em que nem sempre o menor preço deve ser colocado como o principal fator no instante em que realizam suas compras, outras particularidades devem ser consideradas como: legalidade do processo produtivo, ética nas interações com elementos interna e externamente, sustentabilidade operacional entre outros valores instruído nessas realizações.

Enfim, a responsabilidade social é uma dimensão de vital importância a ser incluída na elaboração dos planos de negócios institucionais, considerando que a sua construção exige uma percepção totalitária dos agentes empresariais. Sua elaboração é singularizada para cada realidade

empresarial, exigindo uma verificação cotidiana tão quanto existe nas tendências convencionais de mercado, pois cada territorialidade infere uma identidade cultural distinta e desta feita, a responsabilidade social empresarial deve se adequar no sentido de atingir seus objetivos sociais proposto em sua respectiva área de atuação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. M.; HIRATA, C. A. Verdade, Conhecimento e Cidadania: Pensar e Agir no Mundo. In: DELGADO, J. et al., **Práticas em Educação Socioambiental**. 1ed.: Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2013.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMARAL FILHO, J. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico e Local**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, IPEA, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

_____. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, n.14, p. 35-74, dez. 1996.

ASHLEY, P. A. **Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo, Saraiva, 2003.

BOWER, H. R. **Responsabilidades sociais dos homens de negócio**. Tradução: Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

CASTRO. I. E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CARROLL, A. B. **Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct**. Business & Society, 1999.

_____. **A Three dimensional conceptual model of corporate performance**. Academy of Management Review (pre-1986); Oct 1979; 4, 000004; ABI/INFORM DICIONÁRIO PORTUGUÊS-LATIM. Porto: Porto Editora, 2000.

DINIZ, F. **Crescimento e desenvolvimento econômico**: modelos e agentes do processo. Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2006.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: Lander, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

ETHOS. Instituto de Empresas e Responsabilidade Social. **Indicadores Ethos de responsabilidade social** – versão 2000. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/>. Acesso em 04 set. 2017.

FREITAS, R. C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável.** Revista Katálysis, v. 15, p. 41-51, 2012.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MELO NETO, Francisco Paulo de.; FROES, César. Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

PEREIRA, D. B.; PENIDO, M. O. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades do (des)envolvimento social. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

PORTO - GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ROSA, H. M. O comportamento ético das empresas é importante? In TEIXEIRA, N. G. (org.). **A ética no mundo da empresa.** São Paulo: Pioneira, 1991 (Coleção Novos Umbrais)

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 174p

SANTOS, T. **O Neoliberalismo como Doutrina Econômica.** Revista Econômica. Niterói: UFF, 1999. Disponível em: <https://biblioteca.partidopirata.org/u/pirata/m/o-neoliberalismo-co-mo-doutrina-economica-theotonio-dos-santos/>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SEN, A. Los Tontos Racionales, In: Hahn, F.; MARTINS, H. (orgs.). **Filosofía y Teoría Económica,** México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

TELLES, V. S. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

TENÓRIO, F. G. **Gestão Social:** uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, Vol.32, n.5, set/out. 1998.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.